



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

**Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos Combatentes da
Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala 1992-1994.**

Discente:

Núria Chali Cumba

Maputo, Marco de 2025



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

**Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos Combatentes da
Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala 1992-1994.**

Constituição do Júri

Dr. Paulo Lopes José Samboco, PhD

Dr. José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Marco de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Licenciatura em História

**Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos Combatentes da
Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala 1992-1994.**

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção
grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Núria Chali Cumba

Maputo, Março de 2025

DECLARAÇÃO

Declaro, por minha honra, que esta Dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau, e constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas as fontes consultadas devidamente citadas e referenciadas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, o Senhor Chali Antônio Cumba e a Senhora Emília Paulino Nhanala, e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui, não foi uma caminhada fácil mas foi sem dúvida, uma das mais enriquecedoras da minha vida. Cada obstáculo, cada desafio, e até mesmo os momentos de dúvida, contribuíram para que eu crescesse.

Agradeço, primeiramente a Deus, pela dádiva da vida, pela força e sabedoria que me permitiram chegar até aqui.

Agradeço imensamente aos meus pais, o Senhor Chali Antônio Cumba e a Senhora Emília Paulino Nhanala, pelo apoio incondicional, por cada palavra de incentivo e cada gesto de carinho, durante esta caminhada. Sou eternamente grata por terem acreditado e me incentivado a nunca desistir dos meus sonhos.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão aos docentes do Departamento de História, que com dedicação e empenho, compartilharam seus vastos conhecimentos e incentivaram o meu crescimento intelectual. Com foco especial aos docentes Paulo Lopes José e José Cláudio Mandlate, pela orientação dedicada, pelos conselhos preciosos e pelo apoio constante durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a todos meus colegas de curso, em especial aos colegas Júlio Cossa e Delfina Langa eterno Zoom 1, pelo apoio constante, incentivo e pela troca de conhecimentos que enriqueceram esta jornada acadêmica.

Agradeço também pela amizade, pelos momentos de descontração e pelas diversas experiências que contribuíram para a realização deste trabalho. Cada um de vocês teve um papel especial nesta caminhada, e sou imensamente grata por todas as vivências compartilhadas.

Ao colega José Massingue, agradeço por todo apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, gostaria de expressar o meu mais profundo agradecimento a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala, no período de 1992 a 1994. A Guerra Civil que ocorreu em Moçambique, entre 1976 e 1992, resultou em um significativo número de combatentes, que enfrentaram desafios tanto no campo físico quanto psicológico.

Este estudo foca especificamente no Distrito de Zavala, uma região marcada por sua relevância no contexto dos conflitos, e investiga como os combatentes enfrentaram o processo de desmobilização, a entrega de armamentos e a sua reintegração nas comunidades locais. A pesquisa destaca as estratégias utilizadas pelas instituições governamentais e organizações internacionais para apoiar essa reintegração, abordando os sucessos, as limitações e os impactos sociais e econômicos dessa transição.

Após a introdução, a pesquisa começa com uma análise da origem da RENAMO e os factores que levaram a Guerra Civil em Moçambique, ocorrida entre 1976 e 1992. Em seguida, a pesquisa foca no Distrito de Zavala, onde o conflito teve impacto direto, alterando as dinâmicas sociais e econômicas, que provocou deslocamentos forçados e exacerbou as dificuldades locais. A seguir, o estudo explora o Acordo Geral de Paz de 1992, que encerrou a guerra, e os programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social implementados para reintegrar os combatentes à sociedade. Por fim, é analisado o impacto do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social em Zavala, discutindo os desafios enfrentados pelos combatentes ao retornar à vida civil, bem como as tensões sociais geradas e os esforços para reconstruir a região.

Palavras-chave: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social.

SIGLAS E ACRÔNIMOS

ONU- Organização das Nações Unidas

ONUMOZ- Operação das Nações Unidas em Moçambique

MRN- Movimento de Resistência Nacional

RSA- República Sul Africana

AGP- Acordo Geral de Paz

CORE- Comissão de Reintegração

CSC- Comissão de Supervisão e Controlo

AA- Área de Assembleia

CTNA- Centros de Tropas Não Acantonáveis

CIO- Central Intelligence Office

ZANLA- Zimbábue National Liberation Army

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

ZANU-PF- Zimbabwe African People's Union

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SWAPO- Southwest Africa People's Organization

ANC- Congresso Nacional Africano

SADCC- Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral.

OCCFADM- Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

OUA- Organização de Unidade Africana

CCFADM- Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

COMIVE- Comissão Mista de Verificação

CAs- Centros de Acantonamento

COMINFO- Comissão Nacional de Informação

COMPOL- Comissão Nacional de Assuntos Polícias

CNE- Comissão Nacional de Eleições

AMODEG- Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

FAM- Forças Armadas de Moçambique **UNOHAC-** Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
SIGLAS E ACRÔNIMOS	v
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1. Tema e Estrutura	1
1.1. Objectivo Geral.....	2
1.2. Objectivos específicos	2
1.3. Problemática da pesquisa.....	2
1.4. Argumento	4
1.5. Revisão da Literatura	5
1.6. Metodologia	7
1.7. Localização Geográfica do Distrito de Zavala	9
1.8. Conceitos Básicos	10
CAPÍTULO II: A Guerra Civil em Moçambique.....	11
2. Origem da RENAMO: Factores da Guerra Civil.....	11
2.1. A Guerra Civil em Moçambique.....	19
2.2. A Guerra Civil no Distrito de Zavala.....	22
Capítulo III: A Natureza do Acordo Geral de Paz e os Programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes.....	25
3. A Natureza do Acordo Geral de Paz	25
3.1. Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes e sua Implementação	29
CAPITULO IV: O Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes no Distrito de Zavala	35

4. Impactos do Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes no Distrito de Zavala	39
Conclusão.....	44
Referência bibliográfica	46

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. Tema e Estrutura

Este estudo insere-se no conjunto das análises que buscam compreender os processos de transição pós-conflito em Moçambique, com foco específico nos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala, entre 1992 e 1994.

Este estudo busca compreender as estratégias adotadas para implementação dos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social na região de Zavala, analisando as dificuldades enfrentadas pelos combatentes na Reintegração social, bem como os impactos desse processo nas comunidades locais. Através dessa análise, pretende-se oferecer uma visão crítica sobre os factores que facilitaram ou dificultaram a implementação eficaz das políticas de reintegração e os resultados alcançados no período pós-conflito.

A escolha do período de 1992 a 1994, para o estudo justifica-se pela relevância histórica desses anos em Moçambique. O ano de 1992 é significativo por marcar a assinatura do Acordo Geral de Paz e o fim da Guerra Civil no país. Já 1994 é um marco importante, pois representa a conclusão do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos antigos combatentes, tanto da RENAMO quanto do Governo de Moçambique. Adicionalmente, nesse ano, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, consolidando a transição para a democracia.

No geral, o estudo tem como objectivo compreender o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala, entre 1992 e 1994, analisando as políticas implementadas, os desafios enfrentados pelos combatentes e os impactos dessa transição no contexto social, econômico e psicológico da comunidade local.

Pretende também entender a dinâmica do pós-conflito, e as condições que influenciaram a adaptação dos combatentes à vida civil, além de avaliar as consequências dessas transformações para a região de Zavala.

O trabalho está organizando em quatro capítulos.

O primeiro capítulo referente a introdução, será feita a introdução geral do tema, apresentação dos objectivos, metodologia, revisão de literatura, argumento e problemática.

O segundo capítulo tratará do contexto histórico e dos factores que levaram a Guerra Civil em Moçambique, um conflito que durou 16 anos (1976-1992), e teve profundas implicações para o país.

O terceiro capítulo concentrara-se no Acordo Geral de Paz e nos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social, que foram criados para desmobilizar os combatentes e integra-los novamente na sociedade Moçambicana.

O quarto e último capítulo, será dedicado a uma análise detalhada, dos impactos do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social, especificamente no distrito de Zavala localizado na província de Inhambane.

1.1.Objectivo Geral

- Compreender o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala entre 1992 e 1994.

1.2.Objectivos específicos

- Descrever a Guerra Civil no Distrito de Zavala;
- Discutir a natureza dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos combatentes;
- Analisar os impactos do Processo de Desmobilização e Reintegração social dos combatentes em Zavala;

1.3.Problemática da pesquisa

Na concepção de Diaz (2022) as Guerras Civis são vistas como conflitos armados entre grupos organizados de um mesmo Estado, caracterizado por combates de alta intensidade que envolvem forças armadas regulares e grupos armados que as desafiam.

No caso de Moçambique, que nos finais dos anos 70 foi assolado por uma das terríveis Guerras Civis do século XX, onde a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) antagonizou o Governo de Moçambique num conflito armado que durou de 1976-1992, 16 anos.

A Guerra Civil Moçambicana, para alguns autores¹, insere-se no âmbito do conflito bipolar da Guerra Fria que determinou as alianças possíveis de cada parte no âmbito das relações internacionais e, nesse contexto, os agentes do Imperialismo Regional usaram o Movimento de Resistência Nacional (MRN), posteriormente, Resistência Nacional de Moçambicana (RENAMO) para desestabilizar a Economia socialista moçambicana. Entretanto, para outros autores², o conflito resulta das causas internas interligadas as opções políticas adoptadas pelo novo Governo liderado pela FRELIMO.

Várias regiões de Moçambique foram afetadas pela Guerra Civil, como é o caso da província de Inhambane concretamente no distrito de Zavala.

De acordo com Mubai (2001) nos finais de 1982, a Guerra expandiu-se para sul de Inhambane concretamente no distrito de Zavala.

Langa (2002) mostra que a Guerra Civil se expandiu no sentido norte-sul em 1982.

Os beligerantes da RENAMO estabeleceram-se em Zavala a partir do dia 25 de setembro de 1982, tendo registado os primeiros confrontos com o exército governamental no dia seguinte do mesmo ano (Mubai, 2001).

A chegada da RENAMO no distrito de Zavala em 1982 até finais de 1987 e princípios de 1988 marcaram momentos críticos da guerra pois nessa altura o distrito era assolado por uma seca, fazendo com que grande parte da população fugisse para zonas seguras a nordeste do distrito.

Com fim do conflito em 1992 marcado pela assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma entre o Governo de Moçambique e da RENAMO, estabeleceu-se o Cessar fogo e os mecanismos para o fim do conflito, com destaque particular para o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos antigos beligerantes tanto do Governo assim como da RENAMO.

Segundo Coelho (2002) na sequência da assinatura do Acordo Geral de Paz as Nações Unidas montaram a Operação de Manutenção da Paz, a ONUMOZ que logo iniciou a instalação dos soldados, denominados capacetes azuis, nos centros de acantonamento, que tornou-se um problema por razões políticas e porque muitos soldados estavam em

¹ Taju (1988) e Nhabinde (1999)

² Adam (2005), Geffray (1991) e Hanlon (2004). A FRELIMO, aquando dos acordos de Lusaka, rejeitou quaisquer propostas de uma transição pos-colonial por via democrática. Tendo celebrado, na Zâmbia, os Acordos de Lusaka que previam a transferência de todos os poderes para si. Isto permitiu a formação de uma República Popular do Partido Único.

zonas remotas desprovidas de estradas, além disso nem todas forças foram confinadas aos centros de acantonamento.

Embora o cessar-fogo tenha sido prontamente respeitado, vários problemas combinaram-se para atrasar a concentração de forças. A falta de confiança entre ambas as partes foi a principal causa dos atrasos na desmobilização e no processo de transição, devido a isso o processo de acantonamento e desmobilização foi marcado por motins e tumultos.

Segundo Vines (2013) para os soldados do governo, não se tratou apenas de um caso de insatisfação com as condições nos campos, mas também de uma questão de salários não pagos e de promessas de compensação não cumpridas, isto foi agravado pela indisciplina generalizada.

Os antigos combatentes enfrentavam diversos desafios, como a falta de emprego e renda; Dificuldades de acesso à terra e habitação; Necessidade de educação e formação profissional, Traumas psicológicos e problemas de saúde mental, Estigma social e discriminação.

Pergunta de Partida

Como foi o processo de desmobilização e reintegração social dos combatentes no distrito de Zavala após a Guerra dos 16 anos?

1.4. Argumento

A Guerra Civil em Moçambique (1976-1992), deixou um legado de profunda desigualdade e fragmentação social, com combatentes lutando para encontrar um lugar na sociedade pós-conflito. No caso de Zavala, que foi uma região afectada pela presença de combatentes de ambos os lados do conflito, baixa oferta de emprego e uma forte sensação de exclusão social. A desmobilização e reintegração, estava intimamente ligado não apenas à entrega de pacotes de assistência, como alimentos e apoio psicológico, mas também à capacidade de construir uma rede de apoio social e econômico local capaz de gerar oportunidades reais para esses combatentes.

Os combatentes, que muitas vezes não possuíam qualificação profissional, se viram excluídos de uma economia que já enfrentava dificuldades estruturais. A Reintegração Social não se limitava apenas à reintegração física dos combatentes, mas exigia um processo mais profundo de reconstrução da identidade social e econômica desses

indivíduos, que muitas vezes viam o retorno ao cotidiano civil como um processo alienante.

Sem a implementação de políticas públicas mais robustas e específicas para as necessidades dos combatentes, o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social falhou em promover uma verdadeira reintegração. Isso gerou um ciclo de marginalização e exclusão, perpetuando a vulnerabilidade desses indivíduos e limitando as chances de uma paz estável e sustentável no pós-guerra.

1.5.Revisão da Literatura

A presente revisão da literatura aborda o processo de desmobilização e reintegração social dos antigos combatentes em Moçambique após o fim da guerra civil de 16 anos, com foco nas principais obras que discutem diferentes aspectos desse processo. Entre os autores mais relevantes para este estudo estão Vines (2013), Alden (2002), Coelho e Vines (1992), Lala (2005), Taju (1998) e Massingue cujos trabalhos fornecem uma visão abrangente sobre os desafios e avanços da desmobilização e reintegração dos ex-combatentes.

Coelho e Vines (1995), discutem o início do processo de desmobilização nas áreas de acantonamento, destacando que, embora fosse uma etapa necessária, ela foi marcada por dificuldades significativas. O processo foi lento e gerou impactos negativos, como a superlotação dos campos de assembleia e a deterioração das condições sociais. Além disso, o controle sobre os combatentes se mostrou difícil, com tensões surgindo entre os lados envolvidos, e a pressão para seguir o calendário estabelecido do processo de desmobilização exacerbando ainda mais os desafios enfrentados.

Na mesma linha Vines (2013), analisa a desmobilização e reintegração social, destacando o sucesso do processo, embora tenha enfrentado sérias dificuldades. A falta de confiança mútua entre as partes foi um dos principais obstáculos, contribuindo para o atraso na concentração das forças. Questões como disputas sobre a localização das áreas de reunião e motins nas zonas de acantonamento devido às condições precárias nos campos também foram pontos críticos. As dificuldades não se limitaram apenas à infraestrutura, mas também à insatisfação com os salários não pagos e a não compensação de promessas feitas aos combatentes.

Por sua vez, Lala (2005), argumenta que a componente de desarmamento da ONUMOZ apresentou deficiências significativas, cujas consequências estenderam-se a longo prazo. Ele destaca que as armas recolhidas pela missão representavam apenas uma pequena parte do total em circulação, uma vez que antigos combatentes e membros das comunidades locais continuavam a esconder armamentos. Além disso, Lala aponta que os campos de acantonamento foram localizados em áreas de difícil acesso, o que gerou sérios obstáculos logísticos para o fornecimento de recursos e o cumprimento das atividades da ONUMOZ.

Alden (2002), oferece uma perspectiva sobre as questões relacionadas à reintegração dos ex-soldados, focando no programa de desmobilização e reintegração financiado internacionalmente. Alden observa que, embora o processo tenha sido amplamente considerado bem-sucedido, várias questões ainda permanecem não resolvidas. A implementação das medidas acordadas foi complexa, especialmente diante dos motins nas áreas de concentração e das dificuldades de garantir a adesão das forças tanto do governo, quanto da oposição aos termos do processo. A violência pós-guerra não apenas afectou os combatentes nos campos de batalha, mas também teve um impacto profundo nas suas relações sociais e na reintegração à vida civil.

Taju (1998), por sua vez, foca nas dificuldades econômicas enfrentadas pelos antigos combatentes durante o processo de reintegração. Ele destaca a pobreza e a desigualdade como barreiras significativas para a integração social. A falta de recursos e apoio adequado dificultou a integração tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, onde muitos antigos combatentes enfrentaram condições de vida precárias. O autor argumenta que a economia moçambicana, enfraquecida pelo ajuste estrutural, não ofereceu condições adequadas de emprego, sendo a agricultura familiar o setor mais viável para a inserção dos antigos combatentes na vida civil.

Massingue (2023), explora a dinâmica da Guerra Civil em Moçambique, focando na região de Zavala, onde a luta entre a RENAMO e o governo resultou em severas consequências sociais, como deslocamento forçado e degradação da saúde mental dos combatentes. Aborda a reintegração social pós-conflito, destacando a importância da educação e da produção agrícola para a recuperação da comunidade.

1.6. Metodologia

Esta secção dedica-se a apresentação das opções metodológicas que norteiam este trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo que decorre de uma forma analítica, o mesmo consistiu na selecção e leitura exploratória de documentos relevantes para os objectivos que o estudo se propôs a atingir.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa documental ou bibliográficas suportadas pelas entrevistas semi-estruturadas que serão administradas a uma previsão de 15 pessoas no distrito de Zavala, na Província de Inhambane.

Método de pesquisa

Método de procedimento

Esta pesquisa ancorou-se ao método analítico, uma vez que este pressupõe que o estudo de um caso em profundidade pode ser representativo de outros casos semelhantes (Gil, 2008).

Desta forma, a escolha deste método de procedimento justifica-se pelo objectivo que guia esta pesquisa, uma vez que a mesma visa a compreensão o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala entre 1992 e 1994.

Técnicas de recolha de dados

Pesquisa Bibliográfica

Para a realização desta pesquisa foi usada uma pesquisa documental e bibliográfica que, segundo Fonseca (2002), é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas.

A pesquisa bibliográfica foi suportada por entrevistas semi-estruturadas. As pesquisas documentais e bibliográficas estão a ser realizadas a partir de vários documentos bibliográficos, quer físicos, quer electrónicos que versam profundamente sobre o tema. Estes documentos estão a ser recolhidos em vários arquivos ou Instituições.

Primeiro, na Biblioteca Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na Biblioteca Nacional, na Biblioteca de Centros de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane e alguns dados estatísticos sobre o censo de INE

(Instituto Nacional de Estatísticas) e, os documentos electrónicos estão a ser consultados a partir do Repositório da UEM , Jstory e Mozambique History Net.

Entrevistas Semi-Estruturadas

A outra técnica de recolha de dados que será usada nesta pesquisa é a de entrevistas semi-estruturadas que segundo Quivy (1998), não é inteiramente encaminhada por um grande número de questões precisas, geralmente o pesquisador dispõe de uma série de perguntas guias, relativamente abertas, destaca-se que não é imperioso colocar as questões pela ordem prevista.

1.8. Conceitos Básicos

A temática do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração é central em processos de pós-conflito, especialmente em contextos onde grupos armados são desfeitos e combatentes buscam reintegração à vida civil. Embora frequentemente tratados de forma interligada, cada um desses termos possui significados específicos que são fundamentais para compreender as dinâmicas de paz e reconstrução social.

Desarmamento

o desarmamento abrange a coleta de armas pequenas e armamentos leves e pesados dentro da zona do conflito. Frequentemente, requer o agrupamento e o acantonamento de ex-combatentes. Também deve incluir o desenvolvimento de programas de gerenciamento de armas, incluindo seu armazenamento seguro e sua destruição. A retirada de minas também deve ser parte do processo. (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2000, p. 2).

Desmobilização

É o processo pelo qual cada parte do conflito começa a desfazer suas estruturas militares e os Combatentes começam a transformação para a vida civil. Geralmente, abrange o registo de antigos Combatentes; algum tipo de assistência para capacitá-los a suprir suas necessidades básicas; Sua liberação e transporte para suas comunidades de origem. Pode ser seguido do Recrutamento de uma nova e uniformizada força militar (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2000:2).

Reintegração

reintegração refere-se ao processo que permite capacitar os ex-combatentes e suas famílias a se adaptarem, socialmente e economicamente, à vida civil produtiva. Via de regra, abrange um pacote de compensações financeiras ou em bens e serviços, treinamento e projetos de geração de emprego e renda. A eficácia dessas medidas frequentemente depende de outras mais amplas, cruciais para o sucesso da reintegração em longo prazo. São exemplos dessas medidas mais abrangentes: assistência para refugiados e pessoas internamente deslocadas que retornem ao lar, desenvolvimento econômico nos níveis comunitário e nacional; recuperação da infra-estruturas; esforços para a reconciliação e restabelecimento da confiança; e reforma institucional (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2000, p. 2).

CAPÍTULO II: A Guerra Civil em Moçambique

2. Origem da RENAMO: Factores da Guerra Civil

Os conflitos armados que durante décadas, constituem fenómenos integrantes que fazem parte do quotidiano de vários países africanos em desenvolvimento, como aponta Brito (2008), são potencializados e perpetuados pelas situações de pobreza e declínio económico que os caracteriza.

Dieckhoft (2001), alerta que a garantia de direitos políticos específicos é um terreno movediço, capaz de desencadear conflitos. A História Universal, desde a Revolução Americana até a Francesa, demonstra que a luta por liberdades individuais tem sido um dos principais motores de grandes embates.

Após a descolonização, a África vivenciou um cenário marcado por ditaduras e violações dos direitos humanos, como aponta Soustelle. Segundo Mazula a instabilidade política no continente é agravada por políticas de desenvolvimento ineficazes que não atendem às necessidades da população, gerando insatisfação e conflitos como Guerras Civis. Mzrui e Tidy corroboram essa visão, destacando o descontentamento com as ideologias adotadas pelos novos Estados como um factor desencadeante de Guerras Civis. (Soustelle, 1990; Mazula, 2002; Mzrui e Tidy 1984).

Ngoenha (1993), por sua vez evidencia que os novos Estados Africanos cometeram consideráveis erros, o que originou divisões entre povos, provocando guerras entre irmãos.

O fim da Guerra Fria, no início dos anos 90, como aponta Marchal (2008), criou um novo cenário internacional, no qual a expectativa de resolução de conflitos era grande. A África, em particular, experimentou um período de transformações significativas, como o fim do Apartheid na África do Sul, a independência na Namíbia, a retirada dos cubanos de Angola e a assinatura do Acordos Geral de Paz em Moçambique.

No plano geral coloca-se uma questão que tem sido objecto de certa controvérsia: será que actualmente as guerras africanas corresponde a um tipo novo de conflito, a novas guerras?

Como mostra Marchal (2008) na sua obra “*De nouveaux modes de règlements des conflits, Questions internationales*”, a transição do mundo bipolar alterou a natureza dos conflitos armados. Os confrontos ideológicos entre grandes potências, opondo

exércitos regulares e guerrilhas apoiadas internacionalmente, deram lugar novos tipos de guerra envolvendo um grande número de actores públicos e privados como rebeldes, milícias e mercenários recobrando as lógicas da própria globalização.

No caso Moçambique que logo após a independência, foi atingida por mais um conflito de proporções alarmantes envolvendo a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), que antagonizou o regime da FRELIMO em uma Guerra Civil entre 1976 e 1992 durante a segunda metade do século XX.

Os actos macabros perpetuados pela RENAMO foram ganhando apoio popular, como aponta Masseko (2019), essencialmente de camadas sentiam-se excluídas ou marginalizadas pois, a FRELIMO mudou a face desde os tempos da libertação nacional, tornando se mais autoritária com o seu povo não permitindo ideias contrariadas as suas, facto que derruba a democracia.

Para compreender a formação da RENAMO, segundo Furquim (2015), é fundamental analisar o contexto da Rodésia (atual Zimbabwe). Aliada ao regime racista do apartheid na África do Sul, a Rodésia forneceu um ambiente propício ao surgimento da RENAMO, acolhendo ex-colonos portugueses após a independência de Moçambique.

Aqueles que mais detestavam a FRELIMO fugiram para o estrangeiro levando consigo uma determinação de sabotagem do novo regime, Vines (1992) argumenta que o núcleo de liderança da RENAMO é derivada de membros frustrados ou desiludidos da FRELIMO que não conseguiram progredir e alcançar as suas ambições no partido.

Os argumentos de Vines (1992), levam-nos a afirmar que é válida a tese na qual a RENAMO tem a sua gênese interna forte, originada pelo descontentamento massivo da população rural devido as diretrizes adotadas pelo governo após a independência.

Fernando (2021), por sua vez aponta que, desde sua criação, a RENAMO tem defendido a ideia de que a FRELIMO traiu os ideais da independência nacional ao implementar um sistema político baseado no socialismo marxista-leninista.

Na mesma linha Rocca (2000), aprofunda a análise ao destacar que a transformação da Frelimo em um partido marxista-leninista em 1977, resultou em uma mudança radical no perfil do partido, que passou a privilegiar o proletariado em detrimento dos camponeses. Essa mudança, aliada à marginalização das antigas autoridades

tradicionais, contribuiu para um sentimento de exclusão e deslegitimação do regime, fomentando o surgimento da RENAMO.

Segundo Tajú (1988), o Movimento Nacional de Resistência (MNR), teria sido fundado pelo regime racista da Rodésia com o objetivo de minar o apoio moçambicano à luta de libertação da ZANU. Essa estratégia envolveu uma escalada de ataques nas regiões fronteiriças de Manica, Gaza e Tete, especialmente após a imposição de sanções internacionais à Rodésia pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1976.

Robinson (2006:56), por sua vez, oferece uma análise mais profunda da formação da RENAMO. Embora reconheça a influência das táticas contra insurgentes rodesianas na formação do movimento, o autor argumenta que a RENAMO atraiu uma variedade de opositores da FRELIMO, incluindo moçambicanos de diferentes grupos étnicas, além de brancos moçambicanos, portugueses e ex-membros da FRELIMO.

Essa diversidade de adesões, motivadas por divergências ideológicas, interesses financeiros e ligações com o antigo regime colonial, fortaleceram a estrutura embrionária da RENAMO.

O Movimento Nacional de Resistência (MNR) foi fundado pela Rodhesian Central Intelligence Organization (CIO) em 1976, como aponta Tajú (1988), as primeiras atividades foram desenvolvidas usando ondas de rádio na Rodésia designada “Voz Da África Livre”, que ficou conhecido em Moçambique como “Voz de Quizumba” que de ghero, começou a emitir os seus programas anti-Frelimo.

Por sua vez Langa (2002), evidencia que a Rodésia financiaram a “Voz de África Livre” para iniciar campanhas de recrutamento dentro e fora do país, em Portugal, Republica Sul Africana e Rodésia. André Matsangaissa antigo oficial da FRELIMO desertor de um dos centros de reeducação, foi recrutado pelo Engenheiro Jorge Jardim para a Rodésia do Sul, onde viria a tornar-se líder de uma pequena quadrilha operando entre 1976-1977, e este grupo passou a chamar-se Movimento Nacional de Resistência.

De acordo com Tavuyanago (2011), a emergência da RENAMO foi impulsionada por problemas internos do governo, como a implementação de políticas que não consideravam as necessidades das populações rurais e a marginalização das autoridades tradicionais. Essa insatisfação popular, somada a uma orientação ideológica do governo considerada inadequada por parte da população, gerou um forte antagonismo.

Pinto (1994), concordando com Tavuyanago, amplia a análise ao incluir o contexto geopolítico da época, argumentando que a posição estratégica de Moçambique, entre a Rodésia de Ian Smith e a África do Sul de Pieter Botha, ambos regimes racistas, propiciou um ambiente favorável ao surgimento e desenvolvimento da RENAMO. A Rodésia, em particular, buscava represálias contra Moçambique por servir de base para a ZANU-PF, enquanto a África do Sul do Apartheid exercia uma influência regional significativa.

A vontade que estes países tinham de repreender Moçambique por ajudar as forças nacionalista ZANU-PF e ANC ajudou de uma forma significativa na fundação da RENAMO, por isso esse movimento é considerado por muitos como uma conspiração dos dois países.

Contudo a fundação da RENAMO sempre esteve ladeada aos interesses estrangeiros sendo da Rodésia e posteriormente da África do Sul. Os trabalhos de Alex Vines (1991) e João Cabrita (2000) entre outros sublinha igualmente a importância da ajuda externa.

Geffray (1991) e Pinto (1994), são unânimes ao defenderem que a RENAMO é resultado de um conjunto de razões, circunstâncias, vontades, sentimentos e ressentimentos que a população e uma parte da elite da FRELIMO tinha sobre as políticas implementadas depois da independência.

Dando continuidade a mesma ideia dos autores citados acima, há necessidade de afirmar que nas mesmas circunstâncias nasce o movimento baseado na parte substancial da população rural, sobretudo do centro e norte do país em a relação as políticas socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução.

Com todas essas correntes é colocada a seguinte questão, qual é a verdade sobre a origem da Resistência Nacional de Moçambique?

Para responder a essa questão, é necessário reconstruir a história real da formação da RENAMO compreendendo a conjuntura interna e externa, como mostra Massingue (2023), que ocorreu nos finais da década de 1940 e início da década de 1950 até a década de 1970, foi neste momento que vários factores inter-relacionados caracterizavam o mundo.

O Movimento Nacional de Resistência (MNR) mais tarde RENAMO teria antecedentes nos anos 1960, na medida em que a guerra da FRELIMO começou a operar em Tete no

norte de Moçambique, fornecendo bases para os combatentes do Zimbábue National Liberation Army (ZANLA), os rodesianos e portugueses iniciaram cooperação em operações militares.

Na sua obra *Mozambique: The Revolution Under Fire*, Hanlon (1984), mostra que a RENAMO foi um produto do imperialismo branco, no início Rodesiano e depois Sul-africano, com o objectivo de desestruturar e aniquilar o Estado Moçambicano. Ou seja a RENAMO não instaurou uma Guerra civil, mas uma autêntica guerra de agressão externa contra o Estado Moçambicano.

Por sua vez Alexander (1997), argumenta que a RENAMO desenvolveu-se primeiro como uma unidade militar e não como um movimento político, Geffray (1991) também não se distancia elencando que no princípio a RENAMO, actuava como uma guerrilha mercenária, mas aos poucos foi engrossando o seu exercício principalmente através de recrutamento forçado mas também por adesão voluntária de jovens e chefes tradicionais.

Considerando a complexidade e a multifacetada natureza da Guerra Civil em Moçambique, que dinâmicas internas e externas de natureza política, social e econômica contribuíram para a eclosão do conflito armado em Moçambique?

Olhando para o conflito a partir das medidas econômicas, sociais, e políticas implementadas pela FRELIMO, de cunho Socialista depois da independência, Cahen (1987) e Geffray (1991), dão ênfase a ruptura resultante da implementação da políticas agrárias, sobretudo ao fracasso da socialização do campo, com as cooperativas agrícolas e aldeias comunais e aos graves erros cometidos pelo Governo da FRELIMO, particularmente na questão da terra.

Nesta perspectiva Cahen e Geffray, acrescentam que a instauração de campos de reeducação, a nacionalização das empresas, a destruição das autoridades tradicionais e as execuções daqueles que estavam contra o regime, contribuíram para o conflito.

As políticas e estratégias de desenvolvimento, implementadas pelo novo poder foi acumulando de erros que Geffray (1992), chama de erro de perspectiva, que constituem os principais entraves ao próprio desenvolvimento do país.

A Frelimo, ao assumir o poder, não conseguiu articular um modelo de governança que integrasse de forma equitativa as diversas componentes da sociedade moçambicana. A

falta de mecanismos de representação e inclusão das diferentes etnias, classes sociais e regiões do país contribuiu para a marginalização de muitos grupos e para a perpetuação de desigualdades.

Os factores internos, dão particular ênfase ao insucesso das políticas económicas, agrárias e sociais implementadas pela FRELIMO no pós independência. Pode-se concluir que as causas da guerra estavam nos erros cometidos pelo novo governo no poder em Moçambique.

Considerando a relevância da etnicidade como factor desencadeador de conflitos em diversos países africanos, o que ocasiona lutas interétnicas regional das populações em relação aos seus líderes. E o que dizer do caso de Moçambique?

Conforme apontam Baden (2003), Roesch (1992) e apud Cardise (2009), as dinâmicas étnicas podem parcialmente ter contribuído para eclosão do conflito moçambicano, devido a predominância de grupos étnicos específicos nas lideranças da RENAMO, associada aos Ndaus do centro e norte do país, e a FRELIMO, com base no sul do rio Save e dominada por intelectuais Shangane.

Em contra partida Abrahamsson e Nilsson (1994), não descartando a questão da humilhação entre as etnias, são unânimes em reconhecer que esta situação não influenciou na guerra em Moçambique, contudo a fundação da RENAMO sempre esteve ladeada aos interesses estrangeiros sendo da Rodésia e posteriormente da África do Sul.

Masseko (2019) argumenta que a Guerra Civil Moçambicana não possui raízes étnicas significativas, destacando a formação multiétnica da FRELIMO, inicialmente liderada por Eduardo Mondlane, um intelectual com formação em antropologia e sociologia. Além disso, o autor enfatiza o discurso anti-tribalista do primeiro presidente, Samora Machel, que buscava promover a unidade nacional. No entanto, reconhece que a etnia influenciou a ascensão de indivíduos a cargos públicos.

É evidente que alguns pensam que a guerra tenha motivos étnicos, tendo em conta que no passado a maior parte dos dirigentes sênior do partido da FRELIMO e do Estado eram provenientes da zona sul do país.

O conflito em Moçambique, de acordo com múltiplos estudos a Guerra Civil, teve origens externas em contexto regional, que se encaixou noutra mais ampla, o da

bipolarização em que autores principais seriam o regime minoritário da África do Sul, e os regimes da maioria em Moçambique e Angola, por sua vez subordinadas a clivagem da guerra fria. (Minter, 1994; Hanlon, 1991; Nilsson e Abrahamsson, 1994; e Vines, 1991).

Hanlon (1991), por sua vez associa a gênese da guerra a adoção do engajamento construtivo (Constructive Engagement) de Regan que tal como Martin e Johnson (1989), apelida de Destructive Engagement.

A adoção desta política teve efeitos nefastos na região da África Austral, fuçando a favor do regime sul-africano a correlação de forças na medida que permitiu que estes se fortalecesse e assumisse o papel na região.

Entretanto Cahen (1987), não subestima os factores externos, fazendo referência a guerra econômica da RSA contra Moçambique. Na mesma linha Langa (2002) acrescenta que a crise colonial portuguesa causada pela independência de Moçambique, Angola, Zimbabwe e da Namíbia bem como a criação da SADCC em 1980, estabeleceram uma

grande ameaça ao regime do Apartheid que o levou a adoptar uma nova estratégia política em relação aos estados da África Austral.

Portando o governo Sul-africano passou a apoiar os movimentos dissidentes de Moçambique e de Angola.

Masseko (2019) e Coelho (2003), pensam que provavelmente a causa cimeira do conflito seja, o facto de Samora Machel ter sido solidário, com o movimento de guerrilha do Zimbabwe contra o regime de Ian Smith, que tinha as suas bases em Moçambique tal como anteriormente referido, a RENAMO surge como resultado das ambições rodesianas.

Segundo Masseko (2019:9), com base nas observações de Newitt, a política externa inicial de Moçambique apresentava um notável alinhamento com a postura contra os regimes racistas do presidente americano Jimmy Carter, na África Austral durante a segunda metade de 1970. O governo de Moçambique fornecendo forte apoio aos movimentos de libertação da África Austral, permitindo a instalação do ANC no país, não numa posição de neutralidade.

Na mesma linha, Masseko acrescenta que em 1980 verificou-se uma alteração no cenário afastando Moçambique, quando o republicano Ronald Reagan torna-se presidente dos EUA e por coincidência na África do Sul, John Voster sai do poder em 1968, tendo como sucessor Pieter Willem Botha. Os dois governantes recém-chegados ao poder fortaleceram as suas alianças e tornando-se um eminente.

Conforme Newitt (1995), salienta a ascensão de Reagan ao poder proporcionou uma conjuntura internacional, favorável àqueles que almejavam intensificar os conflitos da Guerra Fria. A África do Sul, em particular, aproveitou essa oportunidade oferecendo apoio a movimentos rebeldes em países vizinhos, gerando um clima de desestabilização na região Austral.

Como faz menção Hanlon (1996), paradoxalmente Ronald Reagan viu o Apartheid na África do sul, como um bastião contra o comunismo em toda a região da África Austral.

Conforme argumentam os autores, as verdadeiras razões da desestabilização na África Austral, não era o de combater os regimes comunistas que apoiavam movimentos como, o ANC da África do Sul e a SWAPO da Namíbia, havia interesses de ordem econômica.

Na realidade pretendiam impedir que a SADCC se tornasse uma força econômica na região, assim como os cominhos de ferro e os portos que ligavam os países da SADCC ao mundo exterior, que não se encontravam sob o controle Sul-africano foram desativados como prova deste facto, foram sabotadas o início da década de 1980 os caminhos de Ferro da Beira em Moçambique e Lobito em Angola.

Neste processo Moçambique e Angola, escolheram o lado errado na medida em que foram considerados inimigos tanto a nível global como regional. Como aponta Masseko, (2019:9), devido as estratégias socialistas adoptadas, foram considerados aliados da União Soviética, do Comunismo Mundial e o facto de apoiar o ANC, tornaram-se inimigos do regime branco da África do Sul.

2.1.A Guerra Civil em Moçambique

A Guerra Civil em Moçambique insere-se no âmbito do conflito bipolar da Guerra Fria, que determinou as alianças possíveis de cada parte no âmbito das Relações Internacionais.

Segundo Domingues (2011), a Guerra Civil Moçambicana, iniciada após a independência de 1975, pode ser dividida em quatro fases distintas. A primeira fase, que se estende de 1976 a 1979, é caracterizada pela criação e consolidação da RENAMO em território rodesiano, com o gradual aumento de suas ações militares em Moçambique. A morte de André Matsangaissa, líder da RENAMO e a assinatura do acordo de cessar-fogo de Lancaster House, em 1979, como mostra Langa (2002) marcam o fim desse período inicial, no qual a guerra se intensificou com o apoio externo à RENAMO.

No segundo período entre 1980-1984 a RENAMO perdeu o apoio da Rodésia com a independência do Zimbábwe, passando a ser dirigida e apoiada pelo governo da África do Sul.

Na sequência, o terceiro período entre 1984 e 1990 considerado o período Moçambicano por Langa (2002), momento que Fernando (2021), argumenta que a RENAMO passou a receber apoio total das populações da região centro e norte de Moçambique. Estas mudanças começaram a ser notadas em finais de 1983, como mostra Coelho (2013:15) a RENAMO já estava muito diferente do velho Movimento Nacional de Resistência, (MNR) Rodesiano. Este período foi caracterizado por um alto nível de violência entre as partes especialmente na região sul do país.

E finalmente o quarto período entre 1990-1992, conforme Domingues (2011:4) é marcado pelas negociações para a introdução de uma nova constituição em 1990 e para assinatura do Acordo Geral de Paz, concretizado em 4 de Outubro de 1992.

Durante os primeiros sete anos, como demonstra Fernando (2020), a resistência foi essencialmente conhecida como um instrumento desestabilizador de Moçambique, e os seus membros rotulados como “bandidos armados”. Nesta altura tanto em Maputo como em outras cidades, os integrantes do movimento era apelidados de Mastsanga, bandidos, Mudibas, Chimuendje.³

³ Nomes que fomentavam o discurso de que a RENAMO, era formada por estrangeiros e usava Moçambicanos para devastar a economia e desenvolvimento humano do país.

Conforme Hultman (2009), as primeiras operações da RENAMO concentraram-se nas regiões fronteiriças entre Moçambique e a Rodésia, principalmente em Manica. Em 1981, havia estabelecido uma rede de bases para lançar ataques em pequenas localidades, expandindo suas ações rumo à fronteira com o Malawi.

Após as primeiras ações nas regiões fronteiriças, a RENAMO adotou uma estratégia de penetração para o interior, enquanto a FRELIMO consolidava seu controle sobre as cidades. A RENAMO avançou em direção à região sul, utilizando táticas de guerrilha que incluíam ataques rápidos e retiradas estratégicas.

Essa estratégia, como aponta Darch (1989), era uma resposta à superioridade militar convencional das forças governamentais.

Conforme apontado por Manning (1998), a expansão da RENAMO em 1981 foi alarmante, atingindo regiões próximas à capital. A estratégia de desestabilização e controle territorial, combinada com táticas violentas como sequestros, pilhagens e mutilações, causou grande sofrimento à população civil.

O recrutamento de crianças-soldado e o apoio popular em algumas regiões, como no norte de Sofala, fortaleceram a RENAMO. A centralização militar em Gorongosa em 1985, demonstra a consolidação da RENAMO como uma grande força.

Por sua vez Robinson (2006:131) acrescenta que o regime do Apartheid apoiou a RENAMO no ataque em janeiro de 1981, a três edifícios ocupados por refugiados sul africanos na Matola em arredores de Maputo. Após o ataque à Matola e o confronto na ponta de ouro Moçambique começou a reorientar se para o que pensava ser provavelmente um conflito sustentado pela África do sul.

Conforme Coelho (2013:12), entre 1982 e 1983, a ofensiva da RENAMO espalhou-se por quase todo território moçambicano, com exceção de algumas regiões de Cabo Delgado. Seja infiltrando-se pelas fronteiras ou sendo transportados por helicópteros, os guerrilheiros da RENAMO seguiam rotas que ligavam a fronteira de Pafúri, ao sul de Manica e ao centro do país.

Robinson (2006), por sua vez sustenta que as ofensivas da RENAMO foram em grande parte, reações defensivas a uma ofensiva governamental mais ampla. A expulsão da RENAMO de suas bases seguras, a perda de apoio externo forçaram o movimento a

adotar uma postura mais agressiva, como demonstram os exemplos da campanha de 1982 e da ofensiva na Zambézia, durante 1986 e 1987.

A RENAMO aproveitou a vulnerabilidade causada pela seca dos anos 80, como mostra Coelho (2013:12), para expandir rapidamente suas actividades a partir de Vilanculos, avançando ao longo da costa de Inhambane, onde a população havia sido deslocada em massa.

Em 1982, a RENAMO, munida de armamento pesado e encontrando pouca resistência governamental, avançou rapidamente para o sul de Inhambane, conforme relatado por Coelho (2013). A partir desse ano, o movimento estendeu suas operações a toda a fronteira com a África do Sul, utilizando as bases de Matsquenha e Kwahla para ameaçar Maputo.

2.2.A Guerra Civil no Distrito de Zavala

O Distrito de Zavala, que durante os primeiros anos deste conflito viveu períodos de tranquilidade possível, viu-se assolado em finais de 1982 quando os beligerantes da RENAMO, entraram no Distrito de Zavala no sentido norte a sul passando por Inharrime e se alastrando no mesmo ano para Chizavale e outros distritos. (Massingue, 2023).

A expansão da RENAMO, por várias zonas rurais decorreu num contexto em que a mesma já não concentrava-se muito em destruir a rede de infra-estruturas, mas nos recursos humanos numa altura em o conflito havia destruído muitas redes de infra-estruturas locais e nacionais. (Cabinda, 2013).

Em Zavala, as populações fugiram para zonas primeiro, não afectadas pela guerra (Mubai, 2001). Depois, quando viram que o próprio exército governamental não era suficiente para garantir segurança, fugiram para áreas não controladas ou menos controladas por ambos os lados. Alguns mudaram-se para Massava, Incavela e Makomane. A RENAMO queria atingir o ponto fraco do governo e já sabia que não eram as estradas, fábricas ou pontes, mas sim, as pessoas.

No entanto, as ações da RENAMO inicialmente não incidiam sobretudo no ataque as comunidades. Inicialmente eles buscavam pela comida nas comunidades. A RENAMO negociava a comida em troca de estabilidade. Com o passar do tempo, começaram a usar a ameaça e a intimidação para conseguir os alimentos.

Massingue (2023) *apud* Langa (2002) defende que a RENAMO tornou-se mais robusta naquele período e usou várias estratégias militares para intensificar a guerra, havendo casos em que a RENAMO deixava mensagens escritas nas paredes anunciando os ataques aos quartéis com antecedência. A título de exemplo foram as mensagens encontradas em Chizavane anunciando o ataque aquele quartel em 1987, mas havia outros casos em que a RENAMO infiltrava seus homens antes do anoitecer para atacar ao amanhecer, o exemplo mais recordado foi um caso ocorrido em Quissico.

A RENAMO, inicialmente agindo de forma pacífica, passou a impor-se perante as populações para obrigar-lhes a ceder seus alimentos e a se juntarem a ela, diminuindo a sua forte capacidade de produção o que lhes afectou directamente.

Para Mubai, (2001), a dominação de Zavala pelas tropas da RENAMO foi muito rápida, tendo levado pelo menos cerca de um mês para que as tropas tornassem Quissico numa total contra-ofensiva, que semeava medo e terror relacionando ao rápido avanço da RENAMO em Zavala com a fragilidade da mobilização populacional que já sofria com as crises ecológicas da época. Assim, a RENAMO era mais um problema a combater, mas o da fome era cada vez enorme num período de fome e de intensas calamidades naturais.

Entretanto, não foi apenas a fome que facilitou a penetração da RENAMO em Zavala, as estratégias de mobilização tiveram um êxito cada vez mais significativo. Os Combatentes da RENAMO e os camponeses, resulta diretamente da concordância com os planos da RENAMO, em parte, mas como uma relação caracterizada por medo, violência e busca pela sobrevivência (Adam, 2005).

Qualquer guerra exige uma profunda conexão entre militares e populações, pois o controlo destes últimos torna-se tarefa principal dos beligerantes já que é da população que se retira alimentos e recrutas. Em Zavala, as populações serviram de cúmplice e de opositores directos para militares de ambos os lados (Mubai 2001),

De acordo com Massingue (2023), a diferença entre as relações mantidas com as populações por estes dois actores residia no facto de a FRELIMO, ter conduzido a luta de libertação e ter recebido oficialmente o direito de governar o povo Moçambicano após a assinatura dos Acordos de Lusaka e a RENAMO por simplesmente ter que usar a força para se legitimar sob promessas de rever os erros do passado para mobilizar as populações.

No entanto a RENAMO não foi pacificamente aceite em Zavala, pelo que precisou infiltrar seus militares no meio da população civil. Isto verificou-se sobretudo em Makomane, Massava e Zandamela (entrevista com António Bie)

Os infiltrados tanto da REANMO assim como do Governo, disfarçavam-se de pertencer lados opostos desta guerra. Isso torna difícil concluir que os ataques realizados as comunidades consistiam na resposta ou no avanço destes grupos militares.

Massingue (2023), refere que das poucas estratégias de sobrevivência das populações em Zavala consistia na base da comercialização dos seus produtos agrícolas em Quissico.

O facto é que apesar da aprovação inicial pelas populações rurais dos objectivos declarados pela RENAMO de reverter e restaurar a propriedade privada e individual e estabelecer a hierarquia tradicional, com a intensificação da Guerra, apenas uma minoria da população rural permaneceu nas suas zonas de origem, ou nas zonas onde a RENAMO dominava (Schafer, 2001).

A RENAMO, em Zavala, realizou acções militares violentas, mas em certos casos, agiu como protetor e guardião das comunidades contra outros grupos armados. A guerra, neste distrito, expandiu-se mais no Posto Administrativo de Zandamenla do que para o lado sul-oeste de Quissico onde os grupos da RENAMO, devido ao relevo semi-montanoso e existência de uma e única entrada e saída devido ao rio Zavala, não permitia a entrada de vários grupos. O rio era usado como elemento essencial para emboscadas. Este facto levou o distrito a permanecer seguro ao longo da guerra.

Capítulo III: A Natureza do Acordo Geral de Paz e os Programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes.

3. A Natureza do Acordo Geral de Paz

As negociações realizadas em Roma para assinatura do Acordo Geral de Paz, conforme aponta Lala (2002), contaram com a mediação da Comunidade de Santo Egídio, do representante do governo italiano e do facilitador Dom Jaime Gonçalves.

Por sua vez Mavanga (1992), acrescenta que a cerimônia foi presidida por Emílio Colombo ministro dos negócios estrangeiros na Itália, onde foi testemunhado por individualidades como o presidente Robert Mugabe do Zimbábue, e Quett Masire do Botswana, presidente do Quênia George Saitoti, o ministro de negócios estrangeiros da África do Sul Rielof Botha, o ministro na presidência da República do Mali John Tembo e o vice-secretário geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Ahmed Hagag.

O Acordo Geral de Paz foi assinado entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, a 4 de Outubro de 1992, marcando o fim do conflito que durou 16 anos.

Conforme Brito (2014), o Acordo Geral Paz foi fruto do contexto histórico do fim da Guerra Fria (1947-1989), marcado pelo esgotamento das forças em conflito. A assinatura do acordo, portanto, deve ser vista mais como uma consequência da incapacidade de continuar a guerra, do que como um resultado de uma genuína vontade de negociar e resolver as diferenças.

Rocca (2012), por sua vez destaca a singularidade do processo de paz em Moçambique. Ao invés de uma negociação linear e isolada, a construção da paz envolveu uma série de iniciativas paralelas, promovidas por diversos actores nacionais e internacionais. Nesse contexto, a Comunidade de Santo Egídio emergiu como um mediador-chave.

As negociações que culminaram na assinatura da Acordo Geral de Paz, realizado em Roma, foram um processo tortuoso e repleto de obstáculos. As profundas desconfianças entre o governo e a RENAMO, somadas aos frequentes impasses, dificultaram o diálogo. A intervenção de mediadores internacionais foi fundamental para aproximar as partes, superando as divergências e estabelecendo as bases para um acordo de paz duradouro.

Para Lala (2002), as partes envolvidas no conflito tinham objetivos distintos. Enquanto o governo buscava centralizar o poder e os recursos, a Renamo almejava

reconhecimento e participação política, recorrendo à Organização das Nações Unidas (ONU), para fortalecer sua posição nas negociações.

Por sua vez Gujamo (2016:187), acrescenta que a RENAMO advogava por uma presença significativa da ONU, e de potências ocidentais em Moçambique, visando garantir a implementação do Acordo Geral de Paz e impedir possíveis retaliações do governo contra a oposição, como perseguir, punir, eliminar e rejeitando sua posição de destaque na política.

Durante as negociações, como mostra Rocca (1998), Dhlakama denunciou o que considerava ser uma completa falta de respeito por parte do governo, em relação à RENAMO. Sua desconfiança nos mediadores era evidente, pois ele acreditava que estes estavam mais alinhados com os interesses da FRELIMO do que com a busca por uma solução imparcial.

A desconfiança mútua e a ausência de uma postura negociadora clara por parte da RENAMO, de acordo com Gujamo (2016), foram os maiores obstáculos ao acordo. A RENAMO encontrava-se em uma encruzilhada, dividida entre a ambição de se consolidar como uma força política relevante e a urgência de garantir uma base financeira sólida.

Embora o Acordo Geral de Paz (AGP), tenha sido fundamental para interromper os conflitos e unificar as forças armadas, Brito (2014), argumenta que ele não foi suficiente para garantir uma transição democrática completa. Ressalta que o AGP, apesar de ter sido um marco histórico, ao silenciar as armas e unificar as forças militares, não foi capaz de resolver todos os desafios para a consolidação da democracia.

Por sua vez Gujamo (2016), aponta a nomeação de Aldo Ajello como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Moçambique, em 13 de outubro de 1992 por Boutros Ghali, sendo um marco crucial para o processo de paz no país. O diplomata italiano, coordenou as ações da ONU na implementação do AGP.

A chegada de Ajello e dos 25 observadores militares em Moçambique, conforme relatado por Mavanga (1992), sinalizou o início efectivo da intervenção da ONU no terreno.⁴

O Acordo Geral de Paz estabelecia entre outras disposições, a participação das Nações Unidas na mediação das negociações entre as partes, no processo de implementação das actividades previstas no processo de paz.⁵

De acordo com Madeira (1999), a pacificação do país foi vista como uma necessidade urgente, razão pela qual a questão militar mereceu atenção especial. Para efeitos de fim do conflito armado, foram identificadas quatro fases: o cessar fogo, que entraria em vigor no Dia “E”⁶, a separação das duas forças militares beligerantes, a concentração de forças para reduzir a movimentação de tropas e o risco de reencontros, permitindo a entrada da ajuda logística e por último a Desmobilização das forças militares.

Ainda dentro das questões militares, o Acordo Geral de Paz decidiu retirar as forças Malawianas e Zimbabweanas estacionadas ao longo dos corredores da Beira, Limpopo e Nacala. A percepção de que o processo de paz em Moçambique teria êxito, como aponta Gujamo (2016), levou o Conselho de Segurança da ONU a aprovar, em 1992, a criação da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). Essa missão de paz, que contou com um robusto apoio financeiro, técnico e militar, foi estabelecida para supervisionar a implementação do acordo de paz.

De acordo com Lala (2002), a ONUMOZ tinha a função de monitorar e verificar a implantação do cessar-fogo, a retirada dos exércitos estrangeiros e a protecção dos corredores da beira, Limpopo e Nacala, a monitorização do acantonamento, desarmamento e desmobilização bem como a criação de novas forças armadas e o repatriamento e fixação de deslocados e refugiados.

Para o funcionamento, implementação e supervisão das decisões tomadas no Acordo Geral de Paz, foram criadas comissões compostas pelos membros do Governo, RENAMO, ONU e os países acordado entre as partes. Estas comissões funcionariam na capital do país e nas províncias.

⁴ O primeiro grupo era reduzido devido a falta de tempo, mas seria secundado por um maior número afim de se dar cumprimento as tarefas previstas pela ONU, conforme as condições do Acordo Geral de Paz. Mavanga, 1992.

⁵ Boletim da República, 1992.

⁶ “Dia E” é o dia em que a Assembleia da República aprovou o Acordo Geral de Paz, a 15 de Outubro de 1992. Coelho e Vines, 1992.

Ainda no contexto da assinatura do Acordo Geral de Paz, como mostra Madeira (1999) foi acordada a criação de partidos políticos, uma comissão da polícia e a realização de eleições gerais.

Entretanto para o controle político completo do cessar-fogo foi criada em Novembro de 1992, a Comissão de Supervisão e Controle (CSC). Esta comissão foi o principal órgão coordenador e controlador da implementação do AGP, segundo Madeira (1999), garantiu a implementação das medidas estabelecidas pelo acordo, supervisionou e coordenou com outras comissões, como a comissão de Cessar-fogo (CCF), a comissão conjunta para a formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a comissão para Reintegração Pessoal Militar Desmobilizado (CORE).

Foram criadas outras comissões de trabalho, como a Comissão Nacional de Informação (COMINFO), a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a Comissão Nacional dos Assuntos Policiais (COMPOL) e a Comissão Nacional da Administração Territorial. Com a retirada dos autores externos do conflito foi criada a comissão Mista de Verificação (COMIVE).

O AGP foi um sucesso tático em encerrar o conflito armado, mas falhou ao não estabelecer as bases para uma paz duradoura. A falta de reformas profundas em áreas como democracia, transparência e descentralização impediu que o país alcançasse uma paz verdadeira, que incluísse o bem-estar da população.

3.1. Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes e sua Implementação

Os Programas de desarmamento desmobilização e reintegração, como aponta Humphrey e Weinstein (2007:537), tornaram-se uma das componentes mais importantes e ambiciosas dos programas de consolidação de paz da ONU desde 1989.

Durante as Guerras Civis um grande número de homens, mulheres e crianças são recrutados para lutar e possuem vários tipos de armas. Vários autores trazem uma discussão sobre os programas de desarmamento desmobilização e reintegração.

Os Programas de desarmamento desmobilização e reintegração, conforme destacado por Banholzer (2014:9), constitui um mecanismo crucial para a transição de cenários de guerra para a paz, ajudando os indivíduos a desistirem das suas vidas como combatentes e regressarem a uma vida civil, conforme enfatiza Casas-Casas e Guzman-Gomes (2010:58), os Programas de desarmamento desmobilização e reintegração, desempenham um papel fundamental na construção de uma paz duradoura, possibilitando que os envolvidos directamente no conflito possam quebrar o passado.

Por sua vez Banholzer (2014:9), acrescenta que os Programas de desarmamento desmobilização e reintegração, criam uma rede de segurança para garantir que os combatentes não retornem a vida militar, ao mesmo tempo contribuem para a construção e fortalecimento do Estado, na medida em que envolve uma mudança de regras formais e informais de grupos militares para leis definidas.

De acordo com Ball e Van Der Goor (2006:2), os Programas de desarmamento desmobilização e reintegração são um conjunto de acções que buscam desarmar, grupos armados oficiais e não oficiais restringido a posse e uso de armas, desenvolvendo grupos armados não estatais e reduzindo o tamanho dos serviços de segurança do estado e ajudar os antigos combatentes a reintegrarem-se na vida civil.

Foram identificados dois tipos de programas de desmilitarização e programa em períodos de transição durante a construção da paz. A primeira diz respeito a diminuição do número de debilitares, após a vitória de uma das partes em conflito e a última ocorre quando não surge uma vitória clara, e os programas de desarmamento desmobilização e reintegração destinam-se a ajudar a desarmar, desmobilizar e reintegrar os antigos combatentes na sociedade. De acordo com Coelho (2002:143), os programas de

desmobilização inscrevem-se na categoria de Operações de Manutenção da Paz, que se generalizam na década de 90.

Em Moçambique a paz emerge com um acordo geral de cessar fogo, com promessas de segurança e estabilidade política, entretanto com enormes desafios. Como argumenta Vines (1998), a Reintegração de milhares de antigos combatentes tanto na Sociedade civil como no Exército Nacional, coordenou o retorno de mais de um milhão de refugiados Moçambicanos, residindo em outros países e mais de dois milhões de pessoas deslocadas internamente, reconstruir as infraestruturas e ainda reorganizar a economia e os efeitos dos ajustes estruturais.

De acordo com Lala (2005) os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração, decorreram em Moçambique no início da década de 1990, como resultado da implementação do Acordo Geral de Paz⁷, como salienta Weinstein (2002:14), os Acordos de Paz estabeleceram as bases para a coexistência pacífica entre os beligerantes. Onde o cessar-fogo e a criação de uma comissão conjunta, com a participação de observadores internacionais, foi crucial para garantir a implementação do AGP.

Como mostra Lima (1992), a implementação efectiva da paz, passou pelo controle de todas estas operações, incluindo a desativação dos referidos grupos armados, tarefa exercida pelos capacetes azuis. As Nações Unidas ficou responsável pelo armazenamento de todas as armas colectivas e individuais.

De acordo com Madeira (1999), dentro do conjunto de medidas aprovadas para o término do conflito armado, a desmobilização das forças militares foi um componente essencial do Acordo Geral de Paz. A desativação da máquina de guerra, ou seja, o desmantelamento das forças militares envolvidas no conflito, e a reintegração dos ex-combatentes na sociedade civil, consolidou a paz e estabilidade no país. O processo de desmobilização envolvia a recolha de armas e de outros materiais de guerra, na posse das forças a serem desmobilizados como forma de evitar o regresso a guerra.

⁷ O dia em que o Acordo Geral de Paz foi incorporado na lei Moçambicana ficou conhecido com “Dia E”. Este dia foi assinalado como o primeiro dia do processo de Desmobilização e Reintegração. Coelho e Vines, 1992.

Alguns autores como Mesquita (2013); Lala, (2005); e Darch, (2018) são unânimes ao afirmar que a componente de desarmamento da ONUMOZ apresentava falhas com implicações a longo prazo.

De acordo com Thiago (2005), durante o processo de desarmamento os soldados, da RENAMO e do Governo, entregaram voluntariamente as suas armas para o armazenamento temporário nas Áreas de Assembleia (AA), porém a segurança era frouxa. Na mesma linha Lala (2005), acrescenta que as armas recolhidas pela ONUMOZ, representavam apenas uma fração do número total, uma vez que os antigos combatentes e os membros das populações locais mantinham armas escondidas.

O desarmamento, desmobilização e reintegração, na prática aconteceu ao mesmo tempo, o facto do desarmamento ter falhado, significou que o desarmamento não foi uma pré-condição para a Reintegração.

Além disso, as armas entregues pelos soldados era de baixa qualidade e as de melhor qualidade, estavam escondidas. Um soldado do governo foi citado dizendo:

“Sabíamos que as armas davam bons negócios por isso guardávamos o melhor para nós.”⁸

A evidência acima sugere que os antigos combatentes, viam as armas como uma futura fonte de geração de rendimentos através da sua utilização e venda.

O desarmamento dos antigos combatentes falhou, como mostra Mequista (2013), a maior parte dos combates continuavam armados. O autor acrescenta ainda que o desarmamento não foi prioridade da ONUMOZ, durante a implementação do processo de desarmamento desmobilização e reintegração, alegando que o mandato foi demasiado fraco.

Por sua vez Darch (2018), não se distancia elencando a incapacidade da ONUMOZ, de desarmar completamente as tropas da RENAMO e implementar na totalidade a componente militar do Acordo Geral de Paz. Chilingue (1994), por sua vez, alega que existiam indicações segundo a qual, o exército governamental também possuía arsenais secretos no centro de Maputo, para além dos já descobertos e neutralizados pela ONU.

Aldo Ajello, conforme Darch (2018), nunca acreditou que o desarmamento fosse uma prioridade para a ONUMOZ, alertou a existência de grandes quantidades de armas em

⁸ Maputo, Março de 1995, Alex Vines, a luta continua: destruição de armas leves em Moçambique, documentos ocasionais sobre política de segurança internacional, no. 28 ISSN 1353-0402, abril de 1998.

diversas regiões do país. No entanto, parece ter sido acordado entre a ONUMOZ e o Governo, com o exemplo ainda recente do colapso do processo de paz Angolano, que insistir que a RENAMO se submetesse a um processo rigoroso de desarmamento, corria o risco de ser uma pressão demasiado forte.

Na prática os esconderijos revelaram-se maiores do que as estimativas iniciais, num momento em que a confiança entre as partes (Governo e RENAMO), e a população se tinha erodido.

Embora o cessar-fogo tenha sido respeitado, Coelho e Vines (1992), evidência que vários problemas conjugaram-se para atrasar a concentração das forças da RENAMO e do Governo, a começar pela seleção das AAs. Um processo que acabou por demorar mais um ano, levando ao cancelamento da desmobilização.

De acordo com o Jornal Século de Joanesburgo (1994), o representante especial da ONU Aldo Ajello, admitiu que a ONUMOZ debateu-se com alguns problemas logísticos no processo de acantonamento de tropas, que suscitou numerosos protestos da RENAMO.

Por sua vez o líder da RENAMO Afonso Dhlakama acusou a ONUMOZ e o seu chefe Aldo Ajello, de enganar o público local ao afirmar que não haviam fundos para financiar o processo de acantonamento, que estava em curso no país desde o dia 30 de Novembro. O Jornal acrescenta ainda que Dhlakama, acusou a ONUMOZ de esbanjar o dinheiro da Comunidade Internacional. A disputa sobre a seleção da localização das AAS, foi causada pelo facto de nenhuma das partes estar inclinada a dar uma vantagem estratégica ao seu adversário.

De acordo com Coelho e Vines (1992), a primeira disputa surge sobre a proposta da instalação de um acampamento da RENAMO, em Bela Vista e Salamanga na província de Maputo. O Governo recusou alegando que estava localizado perto de um Batalhão do Governo, da mesma forma que a RENAMO recusou-se a instalação de um acampamento do Governo em Nhapalapala, no centro de Sofala⁹.

Como resultado dos problemas de seleção das AAS Lala (2005), aponta que os campos de Acantonamento foram instalados em zonas de difícil acesso, criando problemas de abastecimento logístico para a ONUMOZ.

⁹ Área sob a influência da RENAMO, ocupadas ilegalmente pelas tropas governamentais após o Acordo Geral de Paz. Coelho e Vines, 1992.

A desmobilização das forças militares ocorreu nas CAs¹⁰, De acordo com Coelho e Vines (1992), teve seu início a 30 de Novembro. A comissão de Cessar-fogo identificou 49 AAS, das quais 29 eram para as forças do Governo e 20 para as forças da RENAMO.

Estes locais foram equipados para oferecer serviços aos antigos combatentes, incluindo registro detalhado, gestão de dados, distribuição de subsídios, infraestrutura sanitária, sistemas de informação logística, e ainda, a provisão de transporte para os ex-militares e seus familiares.

Segundo Feraz (1992), devido ao atraso das tropas da ONUMOZ em instalar-se em Moçambique, as forças estrangeiras Zimbabweanas e Malavianas continuavam no país. Tendo sido anunciado que o fazem a pedido das Nações Unidas, que não possuía um número de soldados suficientes no terreno para garantir a segurança dos corredores da Beira, Nacala e Limpopo.

Embora as Nações Unidas tenha negado ter feito esse pedido, dado que o Acordo não atribui poderes para tal, tudo leva a crer que foi um pedido não oficial e não encontrou oposição das duas partes moçambicanas.

Os consideráveis atrasos na concentração das tropas, conforme apontado por Lala (2005), levaram a superlotação dos centros de acantonamento, aliado as más condições de vida nos mesmos centros. A combinação desses fatores desencadeou uma série de distúrbios, incluindo motins, sequestros e bloqueios de vias. Contudo, a fase de desmobilização foi finalizada sem a eclosão de um conflito generalizado.

Na mesma linha, Pinto de Sá (1993), acrescenta que cansados de esperar, os combatentes cortaram estradas e ferrovias, pilharam lojas e desencadearam actos de violência que fizeram mortos e feridos entre a população civil. O porta-voz dos amotinados no centro de cabide, em Sofala queixou-se:

*“ O governo esqueceu-se de nós, só nos soube utilizar para defender os seus interesses e agora consideram-nos lixo ”.*¹¹

Vines (2013), atribui as causas do descontentamento as condições dos campos de Acantonamento que eram precárias, para os soldados do governo, não se tratou apenas

¹⁰ Nos CAS procedia-se a entrega de um conjunto de roupa civil ao soldado, calçado, cartão de desmobilizado, subsídio de 3 meses adiantado, transporte para o local de origem indicado pelo desmobilizado incluía também instrumentos de trabalho e alimentos. Os desmobilizados receberam um subsídio de 6 meses pagos pelo Governo e outros 18 meses financiado pela Comunidade Internacional.

¹¹ Maputo, Agosto de 1993, José Pinto de Sá.

de um caso de insatisfação com as condições nos campos, mas também de uma questão de salários não pagos e de promessas de compensação não cumpridas, para os soldados da RENAMO a insatisfação estava ligada a problemas de logística. Isto foi agravado pela indisciplina generalizada.

CAPITULO IV: O Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes no Distrito de Zavala

O desejo e a vontade de estabelecer uma paz duradoura em Moçambique após a Guerra Civil tornaram-se uma prioridade na agenda das Nações Unidas. O compromisso dessa organização internacional concretizou-se com o envio de seus agentes a Moçambique, por meio do programa denominado ONUMOZ, representado por Aldo Ajello, com a missão de assegurar a implementação dos processos de desarmamento, desmobilização e reintegração (Vines, 2013).

No entanto, desmobilizar e reintegrar os combatentes do Governo e da RENAMO no pós-guerra em Moçambique apresentou-se como um desafio complexo, especialmente devido à persistente desconfiança da RENAMO desde o início das negociações em Roma. (Massigue, 2023).

Devido ao clima de desconfiança e à aparente desvalorização dos antigos combatentes do Governo em relação aos da RENAMO, o processo de paz moçambicano foi, em certa altura, marcado por actos de descontentamento motivados pelas precárias condições nos centros de acantonamentos, a escassez de alimentos e o atraso no pagamento das pensões. Conforme apontado por Madeira (1999), os incidentes ligados à desmobilização das forças, iniciados em 1992, culminaram oficialmente em agosto de 1994.

O processo de desmobilização e reintegração em Moçambique, como mostra Chilingue (1992), foi marcado por alegações de violações do acordo de cessar-fogo por parte do governo, que estava realizando muitas ações bélicas, particularmente nas áreas sob o controle da RENAMO nas províncias de Tete, em Maganja da Costa e Lugela, na província de Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

De acordo com Mavanga (1992), em resposta às aparentes violações do protocolo do processo de cessar-fogo, a RENAMO ameaçou retaliar os ataques nessas zonas e em outras posições com presença da FRELIMO. Essas violações foram notificadas ao presidente Joaquim Chissano e a Aldo Ajello, mas permaneceram sem resposta.

Lima (1993), verificou violação do cessar-fogo por parte da RENAMO, que efectuou movimentações de fortes contingentes armados, em várias províncias do norte, centro e sul do país. Mavanga (1992), por sua vez evidencia que a RENAMO violou o AGP, ao

ocupar Maganja da Costa, Angoche, Lugela e Memba. Após essa ocupação, saquearam armazéns e algumas lojas locais, distribuíram gratuitamente bens roubados a população como forma de impedir que os residentes abandonassem Maganja da Costa.

Entretanto, o processo de desmobilização e reintegração enfrentou deficiências, especialmente no que se refere à abrangência do processo, já que nem todas as forças e grupos foram desmobilizados. Um aspecto positivo, no entanto, foi que o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração incorporou soldados que haviam sido desmobilizados imediatamente antes da assinatura do AGP (1991-1992), e que ainda não haviam recebido seus salários acumulados ou qualquer outro apoio do Estado.

De acordo com Coelho e Vines (1992), o governo possuía 151 CTNAS em todo o país, enquanto a RENAMO tinha 23 CTNAS. Esses centros abrigavam as tropas que continuavam em funções durante o processo de desmobilização, incluindo militares responsáveis pela proteção de edifícios públicos de ambas as partes. Do lado da RENAMO, faziam parte desses centros tropas não acantonáveis, como crianças, tropas femininas e deficientes.

Em relação à desmobilização propriamente dita, ela também ocorreu nos CTNAS, onde os antigos combatentes foram desmobilizados em quartéis, ministérios e outras instituições. Na província de Inhambane, por exemplo, o processo teve início em 10 de Março de 1994, na base do governo, em Massiva, com a desmobilização de 250 soldados, em uma cerimônia presidida por Joaquim Chissano (Coelho & Vines, 1992).

Darch (2018) argumenta que foi acordada a criação de um exército com 30.000 soldados, divididos igualmente entre o Governo e a RENAMO, sendo que o número total de forças em conflito era de aproximadamente 110.000. como aponta Vines (2013), a maioria dos soldados da RENAMO estava disposta a integrar-se no novo exército do que os soldados do Governo, pois, para muitos deles, essa seria a primeira oportunidade de receber um salário, além das promessas de melhores condições feitas pelos seus líderes políticos.

No entanto, Darch (2018), mostra que a integração dos soldados da RENAMO foi dificultada pela falta de qualificação básica em treinamento e preparo intelectual. Como resultado apenas 12.000 soldados do Governo alistaram-se no novo exército, sendo muitos deles oficiais. Hanlon (2006).

No Distrito de Zavala, especialmente nas localidades do Posto Administrativo de Quissico, com ênfase em Massava, Mahema e Makomane, os guerrilheiros da RENAMO chegaram a ser beneficiados pelo processo de desmobilização. No entanto, não receberam o acompanhamento necessário para uma reintegração eficaz.

Antônio Bie, atualmente funcionário público vinculado aos serviços da Administração de Zavala, relatou, em entrevista, que o distrito não se beneficiou significativamente de centros voltados para o apoio ao processo de desarmamento, desmobilização e reintegração. Segundo ele, foram poucos os combatentes que realmente foram contemplados por esse processo de forma efectiva¹².

A visão de Antônio Bie sobre os erros e fracassos no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração em Zavala é corroborada por Leonardo Zacarias, antigo combatente da RENAMO, que afirmou não ter sido desmobilizado nem reintegrado pelo Governo. Zacarias mencionou que abandonou as armas devido à crescente ameaça social, num momento em que a RENAMO já começava a abandonar a guerra. Além disso, revelou que a adesão da RENAMO ao processo de desarmamento, desmobilização e reintegração foi um erro que não deveria ter ocorrido¹³.

No entanto, Carlos Zandamela aponta que os combatentes do governo receberam um tratamento distinto em comparação aos da RENAMO, embora nem todos tenham sido beneficiados pelas melhores pensões. As condições para os antigos combatentes do governo foram sendo gradualmente estabelecidas ao longo do tempo, o que não ocorreu com os combatentes da RENAMO, que após a entrega das armas, foram marginalizados e deixados a mercê da sorte.¹⁴

As divergências sobre a reintegração de soldados desmobilizados são evidentes. Clark (1996) aponta que as visões sobre a reintegração divergiam entre o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC) e os doadores. O UNOHAC, à frente da Comissão para a Reintegração (CORE), defendia uma abordagem a longo prazo, integrando a reintegração a um plano de desenvolvimento mais amplo. Por outro lado, a comunidade de doadores priorizava ações mais imediatas, focadas na manutenção da paz a curto e médio prazo.

¹² Entrevista com Bie, Quissico, Inhambane, 2024

¹³ Entrevista com Leonardo Zacarias, Quissico, 2024

¹⁴ Entrevista com Carlos Zandamela, Zandamela, 2024

Vines (2013) observa que, ao contrário da desmobilização, que terminou oficialmente em Agosto de 1994, a reintegração social e econômica dos antigos combatentes foi um processo ainda em aberto. O autor acrescenta que os soldados desmobilizados receberam um curso introdutório sobre seus direitos e deveres como civis e formação profissional. Além disso, eles tiveram a liberdade de escolher o local para viver e receberam um pacote de roupas civis e transporte para o destino escolhido. Para auxiliar nesse processo, foi criado no início de 1994, um Esquema de Apoio à Reintegração (RSS).

Depois da criação do RSS, foi lançado o Programa de Desenvolvimento e Competências Ocupacionais (OSD), gerido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que desenvolveu um currículo com 49 cursos voltados para setores de emprego qualificado e semiqualficado. McMillin (2004).

No entanto, Vines (2013:381) destaca que esses cursos de formação não foram bem-sucedidos e, em alguns casos, geraram falsas expectativas de emprego para os antigos combatentes. Foi constatado que apenas uma fração dos combatentes participou desses cursos, e nunca foi realizado um estudo de mercado para avaliar as competências mais demandadas.

McMillin (2004) também aponta a falta de planejamento, como exemplificado por alguns combatentes que foram formados como eletricitas, embora morassem em áreas sem eletricidade. Cerca de 70% (aproximadamente 6.000) dos formandos conseguiram emprego, mas é improvável que muitos mantivessem esses empregos por mais de seis meses.

Vines (2013:381) ainda observa que os combatentes da RENAMO reclamavam da exclusão do processo de reintegração com plenos benefícios, pois não eram elegíveis para pensões. A Associação Moçambicana dos Desmobilizados da Guerra (MODEG) tentou ajudar, mas sua dependência do financiamento estatal tornou-a menos eficaz na reintegração dos antigos combatentes da RENAMO.

O Governo argumentou que os combatentes da RENAMO não mereciam pensões, conforme apontado por McMillin (2004), não tinham subsídios de pensão deduzidos dos seus salários, como acontecia com os soldados das Forças Armadas de Moçambique (FAM). A RENAMO respondeu que os seus combatentes, não tinham recebido salários durante a guerra, pelo que não havia nada para fazer deduções.

4. Impactos do Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração Social dos Combatentes no Distrito de Zavala

O fim da Guerra Civil em Moçambique, após 16 anos de intensos conflitos, foi possível graças à mediação da Comunidade Internacional, especialmente através dos Acordos Gerais de Paz de Roma. Esses acordos não apenas puseram fim à guerra, mas também iniciaram um processo de transição crucial para a estabilização política e social do país.

O sucesso do processo de paz, tanto no que tange à negociação política quanto à implementação de ações de apoio pós-conflito, foi atribuído a diversos factores, sendo os mais destacados: a efectiva execução do processo de desarmamento desmobilização e reintegração, a descentralização da ajuda humanitária, os esforços de socorro e a alocação de recursos orçamentários para sectores essenciais da reconstrução do país.

Contudo, embora o processo de desarmamento desmobilização e reintegração tenha sido um componente fundamental, sua execução encontrou uma série de desafios que comprometeram a eficácia inicial dos resultados esperados.

Mazula (1995), refere que o governo deveria ter evitado a repetição dos erros cometidos após a assinatura do AGP. Na sua óptica, uma das falhas mais significativas foi a imposição de reformas compulsivas aos antigos combatentes da RENAMO, sem uma abordagem inclusiva e justa. Além disso, verificou-se a marginalização dos líderes da RENAMO nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, o que contribuiu para a exclusão política e social desses indivíduos.

Nesse sentido, a verdadeira paz só seria alcançada por meio de uma reconciliação profunda e urgente entre as diferentes forças políticas do país, promovendo a integração e a construção de um processo de paz inclusivo e sustentável.

Além disso, a presença das Nações Unidas em Moçambique, representada pela ONUMOZ e liderada por Aldo Ajello, enfrentou dificuldades substanciais na implementação do programa de desarmamento desmobilização e reintegração, na medida é que o processo careceu de uma linha de ação claramente definida, o que comprometeu a eficácia da sua implementação. Langa (2015).

A falta de coordenação centralizada da organização no processo de desarmamento desmobilização e reintegração foi uma das principais falhas. Brito (2010), observa que, apesar dos antigos combatentes receberem treinamentos, algum apoio financeiro,

fornecimento de capacitação profissional e pequenas ajudas financeiras para garantir sua sobrevivência, além de pensões alimentícias para veteranos de guerra esses esforços não foram suficientes para garantir sua reintegração bem-sucedida a longo prazo.

No entanto, são escassos os casos em que ações eficazes asseguram o sucesso da implementação do programa desarmamento desmobilização e reintegração a longo prazo. Assim, é essencial que as actividades de desarmamento desmobilização e reintegração estejam integradas aos processos de reestruturação e reconstrução do Estado, bem como às demais ações voltadas para a manutenção e consolidação da paz.

O processo de desarmamento desmobilização e reintegração, concentrou-se principalmente em fornecer assistência imediata, como capacitação profissional e pequenas ajudas financeiras, sem um planejamento estratégico de longo prazo. Embora essas iniciativas tivessem um impacto positivo imediato, elas não conseguiram proporcionar uma transformação duradoura nas condições de vida dos antigos combatentes e das comunidades afectadas pela guerra.

A falta de um acompanhamento consistente e a ausência de ações estruturantes a nível de reestruturação do Estado impediram que o processo de desarmamento desmobilização e reintegração alcançasse todo o seu potencial de consolidar a paz e impulsionar o desenvolvimento no país.

No Distrito de Zavala, o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração não foi homogênea, tendo sido caracterizada por algumas particularidades entre os postos Administrativos de Zandamela e Quissico.

Essas particularidades decorrem do facto de ter havido em Zavala, um número elevado de antigos combatentes da RENAMO que não passaram necessariamente pelos centros de acantonamentos. Não foram desmobilizados na prática, apenas abandonaram as armas e reintegraram-se na sociedade devido ao intenso nível de ameaça social.

Leonardo Zacarias¹⁵ descreve que não foi abrangido, efectivamente pelo processo de desarmamento desmobilização e reintegração, tendo passado pela desmilitarização, mas não sendo reintegrado de forma completa. Ele descreve:

Entre no serviço militar influenciado pelos meus amigos que eram da policia. No entanto, logo percebi que entrar no serviço militar foi perca de tempo. Já faz tempo que tento ser reintegrado,

¹⁵ Entrevistado 2 de Outubro de 2024 em Quissico, antigo combatente do Governo

mas eles sempre diziam que não há orçamento suficiente para integrar os desmobilizados, isso é desgastante, então porque eles nos formaram...Onde vamos usar as nossas habilidades. Hoje trabalho como segurança em um estabelecimento comercial. (Entrevista com Leonardo Zacarias, 56 anos, Outubro de 2024).

Por outro lado, Carlos Zandamela,¹⁶ refere que o processo de desarmamento desmobilização e reintegração esteve longe de ser justo, afirmando que apenas houve a entrega de armas, mas as pensões prometidas não foram observadas. Os beligerantes ficaram á mercê da própria sorte para sobreviver por um longo período. O que, segundo ele, gerou um ambiente propício para o surgimento de novos conflitos.

Quando a Guerra Civil começou, eu não era soldado, fui recrutado junto com outros para ajudar no carregamento de material. Ao longo do tempo, fomos treinados por um período curto e passamos a combater. As dificuldades que enfrentamos foram muitas....Quando soubemos que a Guerra Civil terminou e devíamos entregar as armas, informaram-nos que seríamos integrados no exército e receberíamos alguns bens. Tudo que recebi foi apenas uma machamba. Desde então, não faço parte do exército.

Antônio Bie¹⁷, funcionário Público, relata uma experiência boa do processo de desarmamento desmobilização e reintegração, embora reconheça algumas lacunas deste processo:

Eu não vivia em Zavala quando a Guerra começou, viemos para cá mais tarde, no final dos anos 1970. Meu pai era combatente...Eu era novo na época. Quando atacaram a base central de Quissico em setembro de 1982, meu pai estava em missão de patrulha. Ele foi convocado imediatamente...Os homens da RENAMO já estavam no distrito há muito tempo, mas não atacavam, eles negociavam com as populações para obter comida. Mas, quando o governo soube deles, começaram a usar a violência. Tivemos que fugir muitas vezes... Quando a guerra acabou, eu recebi uma vaga de emprego no posto de Quissico. Estou trabalhando aqui desde então, mas nem todos receberam algo após o DDR. Aqui em Zavala, as coisas foram rápidas, não como em outros lugares. (Entrevista com Antônio Bie, setembro de 2024).

Francisco Vilanculos¹⁸, antigo combatente da RENAMO, conta que passou por muitos desafios em Quissico até se mudar para Makomane. Ele conta que ainda é vítima de preconceito e suspeitas pelas populações por ter lutado ao lado da RENAMO, ao longo da Guerra e não teve acesso as mesmas oportunidades que os outros combatentes daquela região:

¹⁶ Entrevistado a 28 de Setembro de 2024 em Zandamela, antigo combatente do Governo

¹⁷ Entrevistado a 22 de Setembro de 2024, em Quissico.

¹⁸ Entrevistado a 23 de Setembro de 2024, em Makomane

Eu e mais um grupo viemos de Massinga em missão de combate e busca por alimentos. Ao longo do tempo, sofremos vários ataques, e o grupo foi separando-se em busca de sobrevivência. Alguns ficaram em Inharrime e outros espalharam-se. Quando chegamos a Zavala, não queríamos fazer guerra, queríamos comida... A situação não era boa para todos. Nem todos aceitavam atacar, só atacavam quando sentiam-se ameaçados.. Quando a guerra acabou, fomos identificados e solicitaram nossas armas. Disseram que íamos fazer parte do mesmo exército, mas nunca nos deram o privilégio. Depois da guerra, estamos sobrevivendo por nossa conta.

Nomissa Valoi¹⁹, conta que uma de suas primas teve que aceitar envolver-se com um homem da RENAMO que tinha invadido aquela região em busca da sobrevivência:

Eles ameaçaram com as armas...Disseram que ela se parecia com um macaco, mas depois não foram embora. Não havia polícia do Governo naquela zona, porque eles tinham medo da emboscada no rio. A minha prima, hoje, vive maritalmente com o chefe daqueles soldados da RENAMO e tem muitos filhos. Os companheiros dele também vivem por aqui em Makomane e têm filhos, casas e terras, mas não tiveram nenhuma vaga no Governo. Nunca nos fizeram mal de lá para cá.”

Os dados coletados indicam que o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração em Zavala seguiu um padrão semelhante ao observado em outras áreas da Zona Sul de Moçambique.

Os combatentes de ambos os lados foram marginalizados no acesso às mesmas oportunidades, sob a alegação de escassez de recursos e fundos para atender a todos. No entanto, algumas fontes orais, como a entrevista com Paulo Chissico²⁰, revelam que um grupo específico de combatentes recebeu benefícios e regalias em comparação com os demais. Em determinados casos, os chefes retinham os recursos para si mesmos e, em seguida, justificavam a falta de fundos para a reintegração de todos os combatentes.

Em Makomane, a situação descrita pelas minhas fontes é preocupante, pois poucas famílias destacam-se em termos de condições econômicas e acesso a oportunidades. Os antigos combatentes da RENAMO não receberam regalias, mas foram agraciados com terras para recomeçar suas vidas. Em contraste, na mesma região, alguns combatentes do Governo possuem terras, gado e recursos financeiros, além de manterem-se activos nos assuntos administrativos locais.

A Senhora Saugineta, residente em Makomane, sustenta sua família por meio do comércio de sal e cocos em Quissico. Casada com um combatente da RENAMO,

¹⁹ Entrevistada a 23 de Setembro de 2024, em Makomane

²⁰ Entrevistado a 27 de Setembro de 2024, em Quissico

durante algum tempo seu marido esteve desempregado, dedicando-se à agricultura na machamba e mantendo pouca interação com a comunidade. Ela afirma que é com os lucros de seu comércio que consegue garantir a educação dos filhos.

Por outro lado, as autoridades locais não reconhecem a existência de problemas relacionados ao tratamento desigual e acreditam ter criado condições necessárias para reintegrar todos. Eles afirmam que, aqueles que apresentam reclamações receberam os benefícios, mas os utilizaram de forma imediata, esperando mais do que foi oferecido. No caso do exército, nem todos conseguiram ingressar, razão pela qual alguns receberam terras, dinheiro ou gado para criação. (Entrevista com Antônio Bie).

Makomane foi a zona, por excelência, escolhida pelos antigos combatentes da RENAMO para estabelecerem-se durante o período da guerra, devido à segurança que a região oferecia em caso de ataques. As comunidades locais acolheram de maneira mais receptiva esses combatentes, conseguindo conviver com eles. Por outro lado, em Zandamela, a situação foi diferente, onde as entrevistas só foram concedidas por um número restrito de pessoas, selecionadas pelas autoridades locais.

Essas ocorrências ajudam a confirmar a hipótese de que os impactos do processo desarmamento desmobilização e reintegração, vão além da simples vedação de acesso às mesmas oportunidades entre os dois grupos, evidenciando também a persistência do ressentimento em relação àqueles que se uniram à RENAMO ou que não participaram diretamente da guerra, mas ascenderam a posições de destaque.

As implicações deste conflito, no entanto, parecem não estender-se ao sector da saúde em Zavala. De acordo com algumas fontes, tanto combatentes quanto familiares do governo e da RENAMO relatam receber o mesmo tratamento médico, com exceção de casos de corrupção que beneficiam alguns indivíduos.

No sector da educação, as implicações do desarmamento, desmobilização e reintegração parecem não ter-se manifestado de forma significativa, uma vez que os filhos dos desmilitarizados têm acesso às mesmas instituições de ensino. No entanto, o problema persiste de maneira mais acentuada nas esferas social e política, onde as desigualdades e o tratamento diferencial são ainda claramente evidentes.

Conclusão

O estudo sobre o desarmamento, desmobilização e reintegração social dos combatentes da Guerra dos 16 anos no Distrito de Zavala, entre 1992 e 1994, permitiu compreender a complexidade e as múltiplas dimensões desse processo, tão crucial para a paz e a reconstrução nacional de Moçambique. O desarmamento desmobilização e reintegração, embora necessário para a estabilização e pacificação do país, demonstrou desafios significativos tanto na sua implementação, quanto nos seus efeitos de longo prazo para os combatentes e para as comunidades locais.

Durante o processo de desarmamento, muitos antigos combatentes ainda viam as armas como uma extensão da sua identidade e proteção, o que gerou resistência ao processo. Em termos de desmobilização, ficou evidente que, embora a desarmamento tenha sido implementado de forma gradual, a implementação das políticas de reintegração social foi caracterizada por lacunas significativas. A maior parte dos combatentes não teve acesso a programas adequados de reintegração, o que os expôs a uma marginalização social, agravada pela estigmatização associada à sua participação no conflito.

As iniciativas voltadas para a qualificação profissional foram insuficientes, o que dificultou a plena inserção dos antigos combatentes na vida comunitária e no mercado de trabalho.

Além disso, as dificuldades em acessar serviços básicos, assim como a escassez de oportunidades de emprego, refletiram a fragilidade das políticas públicas de reintegração na época, o que afectou a capacidade desses indivíduos de se inserirem plenamente na sociedade civil.

A ausência de um acompanhamento contínuo e de uma rede de apoio pós-reintegração configurou um obstáculo relevante para o sucesso das políticas do processo de DDR. A insuficiência de dados sobre a efetividade dos programas em nível local limitou a compreensão do impacto real dessas iniciativas na vida dos combatentes e nas dinâmicas comunitárias.

Em Zavala, o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração não cumpriu com as propostas apresentadas ao longo da sua planificação e implementação ao antigo combatentes. Estas falhas na implementação deste processo levaram a enormes mudanças no tecido social e político daquele distrito.

Em particular, a região do Posto Administrativo de Zandamela, parece ter experimentado algumas vantagens em comparação as localidades mais remotas do Posto Administrativo de Zavala.

Além disso, a localidade de Makomane, no Posto Administrativo de Quissico, surge como um caso de particular interesse de estudo, ao incorporar grupos da RENAMO que não foram alcançados pelos pacotes de reintegração, tendo a terra como único recurso.

O facto é que a análise do processo desarmamento, desmobilização e reintegração em Zavala evidência que a reintegração social não se limita apenas à desmobilização e ao fornecimento de bens materiais, mas exige uma abordagem mais ampla, com foco no desenvolvimento humano e na inclusão social.

Referência bibliográfica

Artigos, revistas e jornais

Banholzer, Lili. **When do Disarmament, Demobilisation and Reintegration Programmes Succeed.** 2014.

Coelho, João Paulo Borges Coelho; VINES, Alex. **Demobilization na Re-intergration of Ex-combatents in Mozambique.** Oxford: University of Oxford Refugee Studies Programem. 1992.

Coelho, João Paulo Borges (2013). **As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades.** Revista Militar n. 1. Rio de Janeiro: editora revista.

Chilengue, Reginaldo. **Chissano e Dhlakama em batalha eleitoral: Empresas de “Marketing” político ajudam os dois principais Candidatos.** Jornal Notícias Africanas. Maputo. Pág 9, 24 Set. 1994.

Chris, Alden. **Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building.** Palgrave Macmillan, 2001.

Faduco, Benjamin. **Acordo Geral de Paz.** Jornal Notícia. 15-20 Out, 1992.

Ferraz, João. **Os primeiros passos da Paz.** Jornal A Semana na África Clipping sobre PALOP e África Austral. Nº 65. Pág 9, 22 Nov, 1992.

Fernando, Celestino Taperero. (2021). **O Outro Lado da História de Moçambique.** Revista Electrónica História em Reflexão, vol 15.n 29. P 194-211.

Fernando, Celestino Taperero. (2020). **As Três (3) Transformações Históricas e Políticas da RENAMO e a causa Interna da Guerra Civil em Moçambique.** Revista Electrónica História em Reflexão, vol 13.n 2. P 1-11.

Granjo, Paulo. **Limpeza Ritual e Reintegração Pós-Guerra em Moçambique 2007.**

Hall, Margaret. **The Mozambican National Resistance (RENAMO) as na Organisation.** Journal of Southern African Studies, 1990.

Hanlon, Joseph. **Mozambique: The Revolution under Fire.** London: Zed Books, 1984.

- Honwana, Alcinda. **Innocent & Guilty: Child-Soldiers as Interstitial and Tactical Agents**. The Journal of Human Rights, Peace and Development, 1997.
- Hultman, Lisa. 2009. **The Power to Hurt in Civil War: The Strategic Aim of RENAMO Violence**. Journal of Southern African Studies 35, no. 4: 821-834.
- Lala, Anicia. **Dez anos de paz em Moçambique: da visão Normativa a perspectiva realista**. 2002: pág 19-40.
- Lala, A. (2005). **DDR in Mozambique: the Borderlines of the Success Story**. 1–19.
- Langa, L. (1995). **Moçambique 20 anos de Paz, que Desafios para a sua Manutenção e Consolidação?** Maputo: Universidade Católica.
- Lima, Teresa. **Paz no Impasse**. Jornal Notícias Africanas. Pág 7, 2-8 Abr, 1993.
- Manning, Carrie. (1998). **Constructing Opposition in Mozambique: RENAMO Political Party**. Journal of Southern African Studies 24, no. 1:161-189.
- Minter, W. (1994). **Apartheid Contrasts: Na Inquiry into The Roots Of War in Angola And Mozambique**. Johannesburg. Witwatersrand University Press.
- Mobana, H. **RENAMO não é criação da Rodésia (KenFlower)**. 2018.
- Marchal, R. (2008). **De nouveaux modes de règlements des conflits. Questions internationales**. 33:41-49.
- Mazula, B. (1995). **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo:Inter-Africa Group.
- Pinto de Sá, José. **Crise Política Agrava-se**. Jornal Notícias Africanas. Pág 6, 9 Agos, 1993.
- Robinson, Alexander Robinson. **This thesis is presented for the degree of Doctor of Philosophy**. 2006.
- Tajú, G. **RENAMO: Os factos que conhecemos**. Maputo, 1988.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **The Role of United Nations Peacekeeping in Disarmament, Demobilization and Reintegration**. New York, 2000.
- Vines, Alex. **A Ascensão e Declínio da RENAMO: A Manutenção da Paz Internacional**. 20:3,375-393. 2013.

Vines, Alex. **Desarmament in Mozambique. 1998**.pp 191-205.

Weimer, Bernhard. **Representar Palavras com Acções? Uma Perspectiva crítica sobre Paz Sustentável e Reconciliação em Moçambique. 2019.**

Weinstein, Jeremy. 2002. **Mozambique: A Fading UN Success Story.** John Hopkins University Press: Journal of Democracy 13, no. 1: 141-156.

Xavier, R; Chitlango, J. D; Bande, A. P. **Projecto de Monitoria do Plano Estratégico de Educação e Política Nacional de Educação na Governação Local em Zavala, Província de Inhambane. 2011.**

Livros

Brito, Luís et al. **Desafios para Moçambique 2014.** Ed. IESE- Maputo, 2014.

Brito, Luís et al. **Desafios para Moçambique 2016.** Ed. IESE- Maputo, 2016.

Brito, Luís. **A economia dos conflitos violentos em África. 2008.**

Casas-Casas, A; Guzmán-Gómez, J. (2010): **The eternal yesterday? The Colombian reintegration process as Social dilemma,** in: Papel Político 15 (1), 47–85.

Coelho, João Paulo Borges. **Antigos Soldados, Novos Cidadãos: A Reintegração dos Desmobilizados de Maputo, (20), 141-235. 2002.**

Darch, Colin. **“Are there Warlords in Provincial Mozambique? Questions of the Social Base of MNR Banditry”.** Review of African Political Economy, No 45/46, 1989, pp34-49.

Diaz, José. **As Relações Internacionais da construção do Estado em Moçambique: Pós-Independência, Guerra Civil e Transições Políticas. 2022.**

Dieckhoft, Alaim. **A Nação em todos os seus Estados.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Fonseca, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002

Geffray, Christian. **La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d’une Guerre Civile.** Paris: Karthala, 1991.

Gil, A. C. **Como elaborar projecto de pesquisa.** São Paulo, SP: Altas, 2008

Mazula, Brazão. **A Construção da Democracia em África: O caso Moçambicano**. Maputo: Ndjira, 2002.

Mazrui, A.; Tidy, Michael. **Nationalism and New States in Africa: From about 1935 to the present**. Nairobi: East Africa Educational, 1984.

Newitt, Malyn. **A History of Mozambique**. Hurst & Company, 1995.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. **Manual de pesquisa em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

Soustelle, Jacques (1990), apud Bessa António Marques. **A arte de governar**. Lisboa: ISCSP, 1996.

Vines, Alex. **RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique?** James Currey, 1996.

Rocca, Roberto Morozzo (2012). **A Paz: como Moçambique saiu da Guerra**. Maputo: CIEDIMA.

Teses

Langa, J. G. (2002). **O Impacto da Guerra Civil em Chizavane: As Crianças, as Mulheres E os Idosos, 1982-1992**. Maputo. Tese de Trabalho de Licenciatura Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História.

Massingue, José. (2023). **Os Impactos Sociais e Políticos da Guerra Civil em Zavala 1982-1992**. Maputo. Tese De Trabalho de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História.(Não Publicado).

Mesquita, M. B. (2013). **The Impact of Disarmament, Demobilization and Reintegration On Post-Conflict Elections The case of Mozambique and Angola**.

Mubai, M. E. (2001). **A Seca e a Ajuda Humanitária como Factores Para o Fim da Guerra em Moçambique: O Caso do Distrito de Zavala, 1982-1992**. Maputo. Tese De Trabalho de Licenciatura Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História.

Tajú, Gulamo. (1998). **The Social Integration Of Demobilised Ex-Combatants In Mozambique. Johannesburg.** A dissertation submitted to the Faculty of Arts, University of the Witwatersrand, Johannesburg.

Dissertação

Gujamo, R. C. **A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004.** Tese de Trabalho de Doutoramento, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica.

Thigo, N. A. (2005). **The Impact Of Desarmamento and Demobilisation Of Child Soldiers On Peace Agreement: A Case Study of Mozambique.** Master's thesis University of Nairobi.

Entrevistas.

Antônio Bie, entrevistado a 22 de Setembro de 2024, em Quissico, antigo combatente do governo.

Carlos Zandamela, entrevistado a 28 de Setembro de 2024 em Zandamela, antigo combatente do governo.

Francisco Vilanculos, entrevistado a 23 de Setembro de 2024, em Makomane, antigo combatente da RENAMO.

Leonardo Zacarias, entrevistado 2 de Outubro de 2024 em Quissico, antigo combatente do Governo.

Nomissa Valoi, entrevistada a 23 de Setembro de 2024, em Makomane, camponesa.

Paulo Chissico, Entrevistado a 27 de Setembro de 2024, em Quissico, camponês.

Saugineta, Entrevista a 02 de Outubro de 2024, esposa do antigo combatente da RENAMO.